

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007.
(Do Sr. Deputado Moreira Mendes)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, acerca das tarifas aeroportuárias de embarque doméstica e internacional pelas empresas de transporte aéreos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 24, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, a cuja pasta acha-se ligada a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), solicitação de informação detalhada acerca das receitas recebidas pelas empresas de transportes aéreo nacionais e estrangeiras, nos últimos cinco anos, com as taxas de embarque cobradas pelos aeroportos brasileiros.

JUSTIFICATIVA

É importante que se esclareça que a taxa de embarque é uma tarifa aeroportuária, recolhida pela Infraero, para uso das instalações do aeroporto. São cobradas em todos os aeroportos do mundo, sempre quando se deixa o aeroporto, nunca quando se chega.

A Tarifa de embarque – de acordo com o definido no art. 3º da Portaria nº 602/GC-5, de 2000 – deve remunerar a prestação dos serviços decorrentes do uso de instalações e facilidades existentes nos terminais de passageiros, quais sejam, a área de pré-embarque, a climatização da sala de pré-embarque, a ponte de embarque, o sistema de esteiras para despacho de bagagem, os carrinhos à disposição dos passageiros para transporte de suas bagagens e os ônibus para transporte de passageiros entre o terminal e a aeronave.

Pelo cumprimento da determinação constante do § 9º do art. 6º da Portaria, as empresas concessionárias de serviço público de transporte aéreo são as arrecadadoras dos valores das tarifas de embarque relacionadas às suas emissões de bilhetes de passagem. Por esse encargo, as empresas de transporte aéreo fazem jus, a título de remuneração, de 3% do valor total das tarifas que recolher, excetuando o montante de que trata a Lei. nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional. Tal dispositivo teve a intenção de cobrir o custo das empresas aéreas pelos serviços de arrecadação da Tarifa de Embarque.

É inegável a importância do assunto, motivo pelo qual são solicitadas informações ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a distribuição, entre as empresas, do comissionamento oriundo das taxas de embarque.

Sala das Sessões, de setembro de 2007.

Deputado Moreira Mendes
PPS/RO